

Mulheres trabalhando

Cresce a participação feminina em todos os níveis da sociedade

Apesar de o número de deputadas eleitas em 2002 ter sido pequeno - 10 representantes -, cresceu 25% em relação à legislatura anterior. Nem sempre foi possível às mulheres votarem e serem votadas. Essa vitória somente foi conquistada por meio do Decreto 21.076, de 1932, que instituiu o Código Eleitoral Brasileiro. O artigo 2º do código considerou eleitor o cidadão maior de 21 anos, sem distinção de sexo. Em maio de 1933, na eleição para a Assembléia Nacional Constituinte, a mulher brasileira, pela primeira vez, em âmbito nacional, elegeu e seria eleita. A médica paulista Carlota Pereira



Mulheres negras participam de encontro no Plenário JK

de Queiróz foi a primeira deputada brasileira, tendo se notabilizado como voluntária na assistência aos feridos durante a Revolução Constitucionalista.

A Legislação Eleitoral vigente garante às mulheres do país a participação efetiva nas eleições, obrigando os partidos políticos a apresentar em suas chapas proporcionais a cota mínima de 30% de candidatas.

As deputadas que compõem o atual Legislativo paulista, eleito em 2002, são: Ana do Carmo (PT), Analice Fernandes (PSDB), Ana Martins (PCdoB), Beth Sahão (PT), Célia Leão (PSDB), Havanir Nimitz (PSDB), Maria Almeida (PFL), Maria Lúcia Amary (PSDB), Maria Lúcia Prandi (PT) e Rosmary Corrêa (PSDB).

O Comitê Nacional Multipartidário das Mulheres

Em 31/3/2004, realizou-se o Seminário de Estudos do Espaço Mulher. O objetivo do evento foi colher informações para os preparativos da V Conferência Mundial da Mulher, iniciativa da ONU, a ser realizada em 2005. Entre os temas apresentados, estavam a presença da mulher nos sindicatos e federações de profissionais liberais, a tecnologia ao alcance de todos e a aplicação da Convenção sobre a Eliminação de Todas as Formas de Discriminação Contra as Mulheres.

O Comitê Nacional Multipartidário das Mulheres, lançado em 1/9/2003, com o objetivo de ampliar a participação das mulheres na vida política brasileira, priorizou a aprovação da Lei 6216/2002, de autoria da deputada federal Luíza Erundina (PSB), que destina anualmente 30% dos fundos partidários para a realização de atividades de capacitação e formação política das mulheres.

Em 2003, a Assembléia ainda foi sede do Seminário "Viena + 10", promovido pela Comissão de Direitos Humanos, presidida pelo deputado Renato Simões (PT). Discutiu-se a questão da saúde da mulher, principalmente em relação ao seu direito à liberdade reprodutiva, que inclui a legalização do aborto; a tutela exercida sobre elas pela Igreja, pelo Estado e pela família.



Bancada feminina na Assembléia paulista

Mulher no centro do debate

Cerca de 23% das mulheres brasileiras estão sujeitas à violência doméstica, e a cada quatro minutos uma delas é agredida em sua própria casa. Segundo dados da entidade holandesa Sociedade Mundial de Vitimologia, o Brasil é o país que mais sofre com essas agressões: isso se traduz na perda de 10,5% do Produto Interno Bruto. Para combater essa situação, a mudança da legislação e o enfoque da violência de gênero como questão de saúde pública foram apontados como aliados importantes, durante o ato que assinalou a passagem do Dia Nacional de Combate à Violência contra a Mulher, em 25/11/2003.

Por ocasião das comemorações do Dia Internacional da Mulher, em 08/3/2004, realizaram-se vários eventos relacionados ao tema. O Seminário 'Violência sexual contra a mulher e a importância do tratamento preventivo DST/AIDS' tratou da necessidade de se interdisciplinar o atendimento às vítimas de violência sexual. Segundo conclusões do seminário, as delegacias de defesa da mulher deveriam cuidar juntas do problema, já que o estupro afeta não só o corpo, mas a estrutura psicológica das mulheres, e ainda encaminhá-las aos órgãos e entidades públicas que realizam tratamento preventivo contra a contaminação pelo vírus HIV.

Na mesma data ocorreu o Seminário de Prevenção de Câncer de Mama, com a presença do médico ginecologista e deputado federal José Aristodemo Pinotti. Durante o debate, foram distribuídas cartilhas que ensinam as mulheres a detectar precocemente o câncer de mama, explicando como fazer o auto-exame, detalhando os possíveis sintomas e os períodos mais adequados para fazê-lo.

Durante todo o primeiro semestre de 2004, a Comissão de Direitos Humanos realizou discussões em torno de temáticas que envolveram a situação da mulher no Estado de São Paulo. O deputado Renato Simões (PT), presidente da Comissão, informou que o objetivo do trabalho foi sistematizar as iniciativas de proposições legislativas nesse sentido em tramitação na Assembléia Legislativa.

Foram discutidos pela comissão, com entidades e autoridades da área, o acesso da mulher à justiça e a proteção em situação de violência, entre outros assuntos.

A mulher negra

Como parte do seminário Herança e Cultura do Povo Africano no Brasil, ocorrido em 9/9/2004, discutiu-se a situação da mulher negra, duplamente discriminada: pela condição de gênero e etnia. Segundo Tatiana Evangelista Santos, representante da Casa de Cultura da Mulher Negra de Santos, campanhas na mídia para informar e orientar sobre males de origem genética, como a anemia falciforme, são uma forma de evitar as consequências extremas das patologias de natureza étnica. Destacou ainda a necessidade de programas de pesquisa voltados à identificação e ao tratamento dessas doenças. Miriam Nobre, representante da Sempre Viva Organização Feminista - Soft, falou que há poucas mulheres exercendo cargos legislativos e executivos, especialmente as de população negra. Outro aspecto apontado por ela é que profissionais de saúde, diante de vários métodos anticoncepcionais existentes, costumam indicá-los de forma diferenciada conforme a etnia da paciente. "Existem fortes sinais de que a idéia de eugenia persiste silenciosamente nas práticas e na mentalidade de atores sociais", concluiu.

Ato cívico por uma sociedade ética

Em 25 e 26 de novembro de 2004, as deputadas Analice Fernandes, Rosmary Corrêa, Maria Lúcia Amary e Havanir Nimitz representaram o parlamento paulista no Encontro Nacional das Deputadas Estaduais, realizado em Vitória, Espírito Santo. No evento foram discutidas a participação das mulheres na política e as possíveis ações parlamentares no sentido de melhorar a qualidade de vida da mulher brasileira.

Vestidas de preto, representantes de mais de trinta entidades, cerca de quinhentas mulheres participaram, em 8/12/2004, do ato cívico "Mulheres de Verdade", com o objetivo de resgatar a cidadania e a honestidade em todo o país.



Dez anos após Conferência sobre Direitos Humanos, em Viena, conquistas das mulheres foram avaliadas em encontro na Assembléia